

Os peões de gado e a representação dos animais no Pantanal da Nhecolândia¹

Álvaro Banducci Júnior

Prof. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Doutorando em Antropologia Social – USP

Resumo: O contato permanente com o mundo natural faz dos vaqueiros de gado das fazendas nhecolandenses grandes conhecedores do ambiente em que vivem. Ao lado do conhecimento prático os peões constróem representações simbólicas em torno da natureza que determinam um modo próprio de conceber e relacionar-se com o meio circundante. Este trabalho busca demonstrar como se constróem algumas dessas representações, especificamente em relação aos animais e o modo como determinam as atitudes dos vaqueiros com a fauna no cotidiano do Pantanal da Nhecolândia (Corumbá-MS).

Unitermos: Pantanal, relação homem e natureza, vaqueiro, taxonomia popular, simbolismo animal.

INTRODUÇÃO

Aclamado pela mídia como paraíso ecológico, o Pantanal é considerado por muitos como um exemplo de convívio harmônico entre homem e natureza. De fato, a criação de gado, como foi tradicionalmente praticada em território pantaneiro, de forma extensiva e com aproveitamento de pastagens nativas, permitiu a ocupação daquelas terras pelo homem branco sem uma interferência drástica na paisagem natural². Sabendo que a exploração pastoril, como qualquer atividade econômica do mundo capitalista, se estrutura segundo a lógica do mercado, na qual prevalece o ideal da produtividade visando a maximização do lucro, pode-se dizer que as causas desse equilíbrio na relação homem e natureza no contexto pantaneiro devem menos a um propalado espírito conservacionista, tido como próprio de uma sensibilidade comum aos fazendeiros da região, que ao complexo ambiental da planície e à maneira como os trabalhadores do gado estabeleceram com ele, durante anos, o seu convívio. As peculiaridades de um ambiente bastante rude, marcado sobretudo por um ciclo acentuado de secas e cheias de grandes proporções, constituíram-se em fortes obstáculos à ocupação e à interferência humanas. Da mesma forma, a riqueza dos recursos naturais, como

as pastagens nativas abundantes, que exigiam poucos investimentos de capital para a adequação do meio às atividades nele desenvolvidas³, favoreceram a prática de uma pecuária em moldes tradicionais, com baixo impacto ambiental. Por fim, a presença do vaqueiro, com seus valores, demandas e seu modo próprio de conceber o ecossistema pantaneiro, do qual se percebe como parte integrante, indissociada, permitiu um grau elevado de equilíbrio com o meio.

Nos dias de hoje, essa relação de equilíbrio encontra-se ameaçada. De um lado, há o grande empreendimento agropastoril estabelecido no entorno pantaneiro que, através dos desmatamentos para o plantio da soja ou para a pecuária, do uso indiscriminado de insumos e defensivos agrícolas, contribuiu significativamente para a degradação do ambiente da planície, promovendo o assoreamento de rios, a poluição das águas e do solo da região. De outro lado, o processo de divisão das propriedades do Pantanal, seja por herança ou pela venda das terras, além de contribuir para modificar as relações de trabalho, em detrimento dos vaqueiros, tem reduzido a capacidade produtiva dos latifúndios, fazendo com que os proprietários interfiram de maneira mais drástica no ambiente, provocando efeitos daninhos, como é o caso dos desmatamentos e das queimadas intensas.

Se estas são ameaças recentes, não se pode esquecer que a pecuária, durante mais de um século de ocupação do Pantanal, também interferiu no contexto natural da planície. O fato desta atividade ter descaracterizado pouco o ambiente pantaneiro não significa, entretanto, que tenha se implantado sem prejuízos ao ecossistema local. Os homens que tiveram de se curvar diante das determinações climáticas e das peculiaridades do regime hídrico da região, não o fizeram em relação aos animais. As espécies que representavam ameaça à criação, como as onças pintada e parda, foram perseguidas implacavelmente e tornaram-se raras na região. Da mesma forma, o tatu cascudo, visto como grande inimigo dos vaqueiros, devido ao hábito de escavar buracos nos campos que acabam por se transformar em verdadeiras armadilhas para as montarias, foi alvo de perseguições. Havia fazendas que incentivavam o extermínio desses animais, bem como de cobras que ocupavam os abrigos por eles abandonados, premiando, geralmente com vales para serem trocados por mercadorias no armazém da propriedade, os trabalhadores que conseguissem capturar e eliminar essas criaturas. Os jacarés, por sua vez, que em períodos de secas mais intensas congestionavam as baías perenes, eram mortos, conforme depoimentos de alguns campeiros, para que sua presença não impedisse o acesso dos animais de criação à água ou a tornasse imprópria para o seu consumo. Animais que ameaçavam as roças e hortas, tal como hoje, eram considerados pragas e dessa forma também se tornavam objeto de perseguição.

A relação dos fazendeiros, e de seus empregados, com o ambiente pantaneiro fundou-se, portanto, desde o início da ocupação pastoril, em interesses pragmáticos. Para os peões, a defesa da criação representava ainda uma forma de garantir e perpetuar a sua condição mesma de vaqueiro, pois, agindo conforme os interesses da propriedade eles defendiam o direito de nela permanecer como trabalhador. Isso não significa contudo que o campeiro, aquele que efetivamente trabalha e vive nas fazendas

do Pantanal, tenha deixado de estabelecer relações com o meio natural fundadas em parâmetros outros que não meramente o do interesse prático. Na verdade, sua perspectiva da natureza contempla elementos de caráter simbólico que fundamentam um modo próprio de perceber e relacionar-se com o ambiente da planície. Com base nesses parâmetros mentais definem-se não apenas relações de proximidade e distanciamento com respeito às criaturas brutas, mas determinam mesmo condutas perante os seres do mundo natural, sendo, de fato, os elementos reguladores do equilíbrio na relação homem e ambiente no contexto pastoril. Este trabalho, ao abordar aspectos da representação dos vaqueiros do Pantanal da Nhecolândia acerca dos animais da região, busca evidenciar alguns destes parâmetros, demonstrando como os campeiros, através da classificação e ordenamento simbólico dos animais, definem a sua postura diante da natureza e dos seres que a povoam. Da mesma forma, alerta para os problemas que uma mudança nestes parâmetros podem trazer para o equilíbrio da relação homem e natureza na região.

A PROXIMIDADE DO MUNDO NATURAL

O convívio diário com animais de criação, o trato com as montarias e mesmo o costume de criar animais domésticos, como cachorros e aves, criam laços de proximidade e desenvolvem sentimentos de afetividade e simpatia dos homens em relação aos animais no Pantanal. Tal relacionamento afeta de forma marcante o modo como o pantaneiro representa a fauna local, através de correspondências e analogias com o mundo humano, em que acabam por atribuir aos animais atitudes e qualidades com as quais representam a si próprios.

Numa sociedade voltada para o pastoreio é justamente com o gado que ocorrem as relações mais próximas e, conseqüentemente, mais investidas de sentido do homem com o mundo animal. É através da criação que se estabelecem desde o sentido mínimo do ser pantaneiro, o objetivo dele estar ali, até conceitos e valores mais elevados para a vida no campo. As atividades cotidianas estão pautadas no relacionamento com os animais e, em grande medida, é a partir deles que se define o ritmo da vida e do tempo no Pantanal: proteger, amansar, ensinar, marcar, conduzir, vender. Os campeiros conhecem o gado, são capazes de prever seu comportamento numa vaquejada, identificam os animais pela cor, pelo temperamento e mantêm com eles um diálogo permanente, através de sons, gestos e palavras.

O sucesso da criação depende basicamente das atividades realizadas pelos vaqueiros, que diariamente dirigem-se ao campo para cuidar dos rebanhos dispersos nas invernadas. Durante o período de cria, que vai de agosto até janeiro ou fevereiro, podendo prolongar-se um pouco mais, as atividades de campo concentram-se no acompanhamento da criação. Os peões dispensam um cuidado especial aos bezerros que estão nascendo, porém, observam o rebanho como um todo, se há algum animal do-

ente que deva e possa ser tratado; se há ataque de predadores; a quantidade de sal nos cochos; verificam se alguma rês “vazou” de fazendas vizinhas para a propriedade, comunicando o fato aos interessados logo na primeira oportunidade.

Uma ou duas vezes ao ano, em períodos que vão do final de maio até o mês de julho e de outubro a dezembro, conduzem os rebanhos ao curral para serem “trabalhados”. Conforme as dimensões da fazenda, o tamanho das invernadas, a distância dos currais e, é claro, a quantidade de cabeças, este trabalho pode durar de uma semana a mais de dois meses, pois, somadas a estes elementos, ainda existem as variações climáticas condicionando as atividades campeiras. Neste período, no qual se procede à vacinação dos animais; à ferra; desmame; à castração de tourinhos; ao balanço da produtividade; aparte; etc. aumenta a demanda por vaqueiros que são, dessa forma, requisitados junto aos fazendeiros vizinhos, ou então, contratados nas cidades como trabalhadores temporários. Estas atividades, apesar de desgastantes, já que normalmente abrangem a totalidade dos animais das propriedades, propiciam um momento de grande sociabilidade entre os peões. Como são grandes as distâncias no Pantanal, o trabalho com o gado é a oportunidade que os vaqueiros encontram de contactar vizinhos, parentes e amigos de fazendas mais distantes, atualizar as notícias, compartilhar seus feitos e, sobretudo, solidificar as redes de solidariedade e compadrio.

Mesmo as horas não dedicadas aos animais, como acontece nos dias chuvosos, nos finais de tarde ou de semana, são utilizadas basicamente com o propósito de suprir as necessidades do trabalho de campo. Assim é que os peões aproveitam estes momentos para trabalhar no curtume. Traçam laços, fazem chicotes, curtem o couro para fabricar bainhas de facas, para confeccionar rédeas, dentre outras peças de arreamento. Os vaqueiros costumam ser excelentes artesãos do couro, definindo inclusive essa habilidade como uma condição básica do “ser” pantaneiro, ou melhor, dentro de sua perspectiva, é peão do pantanal não apenas o indivíduo que tem habilidade com o gado e montaria, mas aquele que domina os afazeres ligados ao campo, dentre eles a fabricação de artefatos para seu trabalho.

Ao lado do gado, animais como o cavalo e os cães, presentes no cotidiano dos vaqueiros, são, nas fazendas da Nhecolândia, instrumentos através dos quais os vaqueiros expressam e promovem, de forma simbólica, as suas qualidades pessoais. Os peões mais jovens preferem montar cavalo “redomão”, aquele que ainda não foi plenamente domado, pois, sendo mais inquietos, ariscos e perigosos, ressaltam a coragem e destreza de quem os conduz. Não apenas os jovens afirmam sua força e masculinidade através do domínio sobre o selvagem, mas as próprias atividades cotidianas numa fazenda de gado são uma constante provação às habilidades e coragem dos vaqueiros. A doma, a luta com o gado bagual, selvagem, e até o trabalho no mangueiro têm um caráter lúdico, além do laboral, no qual diariamente se põe à prova o domínio técnico, a força e a honra do vaqueiro. Se o peão fracassa numa vaquejada, se não consegue domar um cavalo xucro ou demonstra temor em fazê-lo, na certa será ridicularizado pelos seus pares. No entanto, a prova de destreza nessas atividades resulta num reconhecimento que ultrapassa em muito os limites da fazenda. Nas rodas de con-

versas, volta e meia o assunto centra-se na capacidade deste ou daquele peão em laçar, domar, cavalgar, caçar, entre outros atributos do bom campeiro.

Desse modo, o convívio entre o pantaneiro e os animais domésticos evidencia que, longe de expressar um interesse meramente pragmático, a relação que entre eles se estabelece, baseada no contato diário, na afetividade, no diálogo mútuo, possuindo um significado mais profundo e de conseqüências sociais mais amplas. Os animais servem de parâmetro para evidenciar e regular atributos humanos. Como se incorporassem a personalidade de seus proprietários, eles expressam simbolicamente as qualidades e defeitos dos vaqueiros, dispondo-os ao julgamento da coletividade. Um exemplo de como isto ocorre são as representações criadas em torno dos cães de caça. Os peões costumam praticar a caça do porco monteiro (*Sus scrofa*) e para tanto contam com a ajuda indispensável de seus cães. Trata-se de animais robustos e ágeis, geralmente ferozes, que, estando investidos do esforço e habilidade dos peões, despendidos em seu treinamento, encarnam as qualidades próprias de seu dono. Se ele é bom caçador, destemido, o proprietário detém, por conseqüência, os mesmos atributos. As atitudes de liderança e atos de coragem dos animais são descritos pelos peões como se fossem seus próprios. Da mesma forma, os fracassos também são extensivos ao proprietário, o que o torna alvo de troças e escárnio dos companheiros. Isto justifica o carinho com que os cachorros são tratados, bem como o seu oposto, ou seja, as duras penalidades a eles reservadas quando frustram as expectativas do dono. O animais são, assim, o espelho através do qual os peões expressam para si mesmos e para o grupo as suas qualidades - a habilidade como caçador; a sua capacidade elevada de trabalhador - além de, por intermédio deles, afirmar seus atributos masculinos e, sobretudo, solidificar sua condição irrefutável de campeiro⁴. Por intermédio dos animais os homens conseguem mobilizar seu status através da hierarquia de prestígio social.

A proximidade e a afeição com os animais não devem esconder, entretanto, a existência de um relacionamento rude dos vaqueiros em relação às criaturas brutas. Homens e animais pertencem a domínios distintos - da natureza e da cultura - e ainda que os vaqueiros possam se solidarizar com os animais e fazer analogias de caráter e temperamento em relação a eles, seus domínios jamais devem se confundir. A violência contra os animais é uma forma que os pantaneiros encontram para definir e reafirmar simbolicamente as fronteiras que os separam das criaturas naturais. Conforme evidenciou Dalla Bernardina (1991) a propósito do universo rural europeu, a conduta violenta empreendida contra os animais é uma forma do homem evitar a inclinação, sempre presente em seus relacionamentos com os seres naturais, de simpatizar com as criaturas brutas, um antídoto contra a tentação de se apiedar de animais que mais tarde poderão ser por eles abatidos. Esse recurso não é, todavia, universal. Se existem animais tidos como próximos dos homens, exigindo deles um afastamento para o abate, há aqueles que são representados como seus inimigos naturais. Para se compreender melhor o lugar dessas criaturas nas representações de mundo pantaneira, o porque de adquirirem, em determinados circunstâncias e contextos específicos, um significado

simbólico, bem como as ações que daí resultam, é necessário esclarecer o modo como os habitantes da Nhecolândia classificam o mundo animal.

TAXONOMIA ANIMAL NA PERSPECTIVA DOS CAMPEIROS

Ao classificarem as criaturas brutas, os homens fazem uso de categorias mentais que determinam, em si mesmas, relações de proximidade e distanciamento, afetividade e agressividade, através das quais definem maneiras específicas de se portar diante das distintas espécies animais. A taxonomia pantaneira, estabelecida segundo critérios de exclusão e inclusão, baseados em parâmetros como morfologia, período de atividade, entre outros, inerentes aos seres observados, tende a privilegiar as classes em que os animais são reconhecidos em sua especificidade ou, segundo a taxonomia científica, o nível das “espécies” e “subespécies”. Segundo Hoefle, esta é uma tendência comum à taxonomia popular do mundo todo, já que por questões de relevância prática, os povos se interessam mais pelos indivíduos com os quais mantêm contato, e dos quais se utilizam, do que por noções gerais que não têm utilidade na vida cotidiana (HOEFLE, 1990: 55, e 1993).

Na taxonomia dos pantaneiros, das categorias mais abrangentes, a melhor definida, é a dos “bichos”, termo geral com o qual designam a fauna como um todo⁵. Essa categoria, que engloba desde os mamíferos, peixes e aves, até os répteis e os insetos, pertence a uma classe por eles não nomeada, correspondente ao reino na taxionomia científica. Os “bichos”, reconhecidos em suas especificidades, são agrupados de acordo com as espécies. A esse nível classificatório, bastante preciso e de utilização corrente, os pantaneiros denominam “tipo”. O porco, o cavalo, a anta, enfim, todas as espécies animais são por eles definidas como distintos “tipos” de “bichos”.

Muitas vezes os animais possuem mais de um representante do mesmo “tipo” e seus indivíduos passam a ser agrupados em uma nova classe, a das subespécies. A esse outro agrupamento os pantaneiros denominam “raça” ou “qualidade” (ou ainda “tipo”, conforme alguns depoimentos). A onça, por exemplo, um “tipo” específico de “bicho”, possui três “qualidades”: a pintada, a parda e a “soçorana”⁶. Mesmo animais silvestres com os quais os homens mantêm pouco contato, e espécimes inferiores, como lagartas e insetos, são reconhecidos e classificados segundo as variações dos indivíduos nas espécies⁷. Com isso, pode-se dizer que, de um ponto de vista horizontal, a taxonomia pantaneira dos animais encontra-se bastante elaborada e rica, mesmo em se tratando de espécies distantes e pouco úteis aos homens. Ainda que o conhecimento acerca dos animais se intensifique na proporção em que estes lhe trazem alguma satisfação de ordem prática, o saber que o pantaneiro detém sobre a fauna local é muito extenso, permitindo-lhe descrever com detalhes as características e os comportamentos de animais que pouco lhe são úteis e não despertam interesse no cotidiano.

No momento em que os animais se distanciam dessas categorias específi-

cas, a classificação do mundo natural torna-se cada vez mais indefinida, sendo difícil encontrar um consenso entre os vaqueiros no que se refere a classes mais abrangentes, como por exemplo as “famílias” da taxonomia científica.

Ainda que os pantaneiros reconheçam semelhanças e proximidades entre os representantes de certas espécies animais – o que lhes permite identificar em alguns casos a existência de “famílias” ou, como costumam denominar, de “parentáia” ou “descendência” de animais – não existe um consenso quanto à presença e à composição desses agrupamentos no interior da estrutura classificatória. Definida pelos informantes segundo critérios diferenciados, a classe das famílias torna-se muitas vezes confusa e, na maioria dos casos, mesmo que reconhecida, não é nomeada. Isso pode ser observado claramente em relação à onça, cuja “parentáia” é composta da onça mesma, do gato do mato e da jaguatirica. Ao contrário do que acontece na taxonomia popular de outras regiões do país, onde esses animais aparecem agrupados na família dos “gatos”, não foi possível identificar na pesquisa um nome que os definisse como grupo de parentesco. Por outro lado, existem as “famílias” que são mencionadas a partir de termos próprios, como ocorre com a família dos porcos e veados.

Se existe uma imprecisão nesse nível classificatório ela não chega a produzir contradições no interior da estrutura classificatória local. Se uma espécie animal escapa ao modelo taxonômico, ela acaba por ser definida segundo outros parâmetros exteriores a ele. A esse respeito Dan Sperber observa que, sendo construções arbitrárias, as taxonomias não são formuladas segundo uma necessidade lógica abstrata. As culturas particulares, baseadas em critérios universais de hierarquia e exclusão, constroem classificações próprias da fauna, onde a quantidade de níveis e termos classificatórios correspondem à lógica na qual se fundamentam para ordenar o mundo a seu modo. Todo saber que escapa ao modelo taxonômico, acaba por encontrar pertinência em categorias que lhe são exteriores e que não necessariamente contradizem seus termos (SPERBER, 1975). Desse modo, existem categorias secundárias de classificação do mundo natural que se sobrepõem e complementam a taxonomia animal. Estas categorias, diferentemente das primeiras, caracterizam-se por conferir uma qualidade aos animais, tendo como padrão de referência o mundo dos homens.

CATEGORIAS SECUNDÁRIAS DE CLASSIFICAÇÃO

A classificação secundária define-se segundo categorias estabelecidas conforme critérios de ordem prática, como seu uso para o trabalho ou consumo; de ordem afetiva; espacial, como os animais que vivem próximos do domínio humano e aqueles que vivem distantes; e até mesmo de ordem sagrada, já que os animais abençoados, próprios para servirem aos homens, enquadram-se nessa categoria em função de determinações divinas.

Um primeiro grupo de categorias distingue os animais entre “selvagens” e

“mansos”. “Selvagens” são os animais que vivem nos matos e campos, afastados do convívio humano. Por sua vez, “manso” é o animal que vive no ambiente doméstico, próximo aos homens, como o cachorro, o porco, gado, etc. A referência espacial, que exprime a idéia de afastamento ou proximidade físicas, de contato intermitente ou contínuo, confere um significado importante a esses termos, pois o fato do animal viver no “mato” ou “campo” não apenas o localiza em seu habitat, mas o identifica a valores próprios desses ambientes, vistos como desconhecidos, sombrios e imprevisíveis. Existem, entretanto, espécies classificadas como “selvagens” que podem ser encontradas junto às moradias dos pantaneiros, como acontece com as cobras, os morcegos e outros animais daninhos. Da mesma forma, animais “mansos”, como o gado, podem viver soltos nos campos. Assim, há outros sentidos subjacentes a esses termos e eles devem ser buscados em outras referências que não necessariamente a espacial. Observando-se com mais cuidado, é possível perceber que no uso das categorias “selvagem” e “manso” o que está em jogo, grosso modo, é a oposição universal entre cultura e natureza. Os animais “mansos” pertencem ao domínio da cultura; são espécies controladas pelo homem, que possuem suas marcas e cujo comportamento eles podem prever. Ao contrário, as espécies selvagens são aquelas que contradizem essas características. São animais de comportamento imprevisível e incontrolado, não totalmente conhecidos, cuja presença é uma ameaça constante à existência humana. Eles põem em risco não apenas a integridade física das pessoas, mas, da mesma forma, com suas atitudes ambíguas, interferem constantemente na estrutura com a qual os homens ordenam o mundo.

Mesmo que apareçam assim contrapostas, estas não são categorias excludentes e incompatíveis. Animais “selvagens” podem vir a se tornar “mansos”, desde que sobre eles haja interferência humana, e espécies “domésticas” podem se transformar em feras, quando deixam de se submeter aos desígnios do homem. O gado bagual, vivendo nos campos largos, sem marcas, longe do contato com o vaqueiro, é um criatura feroz, perigosa e, como tal, pertence à classe das espécies selvagens. No momento em que os vaqueiros “trabalham” esses animais, ou seja, marcam-nos com ferros e cortes nas orelhas, manejam seus rebanhos, conduzem-nos ao curral, alimentam-nos com sal, eles vão se acostumando à presença humana e passam a responder a seus comandos. A partir daí tornam-se animais “mansos”, ainda que permaneçam no campo. Assim, no mesmo ambiente ou contexto espacial, é possível encontrar duas classes distintas de gado: o “bravo” e o “manso”.

Categorias como “caça” e “criação” são aquelas relacionadas mais diretamente aos interesses práticos dos peões, elas definem os animais que servem de alimento ao homem ou que são abatidos por interferirem na sua produção para o consumo. “Caça” é o animal que vive em estado selvagem e é capturado nesse ambiente, enquanto a “criação” é o animal doméstico ou domesticável⁸, que serve para o consumo. Pode haver ainda uma distinção entre criações de “terreiro” e a “criação” propriamente dita, ou seja, o gado e os equinos. Opõem-se a elas os animais daninhos, que não “prestam”, e aqueles que, mesmo não sendo prejudiciais ao campeiro, não se “aproveitam”. No discurso cotidiano, a categoria caça é utilizada, na maior parte das vezes,

para referir-se à carne dos animais abatidos. Dessa forma, falam em carne de caça em oposição à carne (de gado), carne de frango, de carneiro, etc. É, portanto, uma categoria que diz respeito a uma função específica dos animais, qual seja, servir de alimento aos homens.

Nas classificações secundárias encontramos ainda um terceiro grupo de categorias, cuja menção define os animais como sendo “abençoados” ou “praguejados”. Tratam-se de categorias com conotações marcadamente religiosas, por meio das quais, com base em histórias difundidas pelo catolicismo rural, separam-se os animais em “sagrados” e “profanos”, conforme a relação que estabelecem com o domínio do divino e o seu papel no mundo dos homens. Assim, o boi é classificado como animal “abençoadado”, pois, segundo a crença, quando Cristo nasceu ele depositava capim na manjedoura, enquanto que o cavalo o retirava para dele se alimentar. Irritado com esse comportamento, Deus rogou uma praga ao cavalo que, desse dia em diante, não mais deitou-se para dormir, além de ser condenado a servir de montaria e ser chicoteado pelo homem. Desse modo, o cavalo, mesmo sendo doméstico, é um animal “praguejado”. Como ele, as espécies selvagens pertencem a essa categoria, porque “vêm e fazem bagunça, mal feito”.

De outro lado, não apenas o boi e a vaca, mas o porco, o carneiro, o cabrito e as aves de um modo geral são animais considerados sagrados. Como se pode observar, são “abençoados” os animais que fornecem ou servem de alimento aos homens. Até mesmo o porco, cujo consumo é vetado pela Bíblia, de acordo com o Levítico e Deuterônomo (DOUGLAS, 1976, e SPERBER, 1975), é classificado aqui como animal abençoado, ou seja, apropriado ao consumo humano, sendo destinado ao homem por ordem e força divinas. Já a caça, mesmo que sirva de alimento, por estar relacionada ao domínio da natureza, da selvageria, e não ao da cultura, entra na categoria dos animais “praguejados”.

As categorias “abençoadado” e “praguejado” reforçam em muitos aspectos a distinção dos animais entre “selvagem” e “manso”, na medida em que os pantaneiros consideram sagrados os animais que mantêm uma relação mais próxima com o homem (e com o domínio da cultura) e profanos ou “praguejados” aqueles que se aproximam mais da natureza. Além disso, pautando-se em crenças populares difundidas pelo mundo rural (CASCUDO, 1988: 118), tais categorias procuram não apenas classificar o mundo, mas explicá-lo de um ponto de vista moral e sagrado. Por que determinadas espécies comportam-se desta ou daquela maneira? Por que o homem deve agir em relação a elas da forma como o faz? Ao utilizar essas categorias, vinculadas às narrativas sagradas, o pantaneiro está não apenas buscando a razão de alguns fenômenos que lhe traz prejuízos, como, em última instância, está justificando o seu comportamento diante das criaturas brutas: o maltrato que impõe a determinados animais, o abate de algumas espécies e o desprezo ou afeição em relação a outras.

Em suma, a taxonomia pantaneira e as classificações secundárias não apenas ordenam o mundo de acordo com critérios de ordem prática como conferem valores aos animais e os investem de significados simbólicos. A extensão das espécies animais

nomeadas pelos pantaneiros, o nível de conhecimento que demonstram possuir sobre seus hábitos e características físicas e a forma como relacionam as categorias classificatórias à esfera do sagrado, demonstram que suas classificações do mundo animal estão longe de se pautar meramente por considerações utilitaristas.

O SIMBOLISMO ANIMAL

Definidos os termos resta verificar em que circunstâncias as categorias classificatórias do mundo natural, estabelecidas pelo vaqueiro, resultam em representações de caráter simbólico que norteiam suas atitudes perante a fauna pantaneira. A proximidade inesperada do selvagem no ambiente doméstico, por exemplo, costuma ser encarada com receio pelos campeiros. À exceção dos animais domésticos; de algumas espécies inofensivas, cuja presença habitual nos arredores das casas é tolerada; e dos animais daninhos, que representam um transtorno para o peão e seus familiares, pois atacam suas criações, comem ovos e estragam roçados e hortas; os animais silvestres raramente aproximam-se das habitações nas fazendas. Quando o fazem, são considerados portadores de “avisos”, mensagens premonitórias, endereçadas a seus moradores. Ora, selvagem e doméstico são categorias distintas, ainda que não sejam antagônicas, e no momento em que o comportamento de determinados animais ameaça confundi-las, suas atitudes são consideradas anti-naturais e, como tal, vistas como portadoras de mensagens com significados extraordinários.

Assim, o aparecimento de tamanduás, bugios, de corujas, socós e beija-flores, além de outros animais silvestres nos arredores das casas, é geralmente considerado prenúncio de má sorte ou um “aviso” de acontecimentos inesperados, quase sempre de caráter negativo, tais como doenças, acidentes ou mesmo a morte. Uma informante, cujo marido encontrava-se doente, contou como preparou-se para o pior quando da “inexplicável” visita de um bugio (*Allouatta caraya*) a sua casa: “Quando morreu meu marido veio, meio-dia, veio um bugio preto lá em casa. Isso é um aviso. O que um bugio preto, desses lá do mato, vem fazê na minha casa? Meio-dia ainda? Isso é aviso” (C.D., 60 anos).

O bugio, “bicho” selvagem, “praguejado”, que vive no “mato”, representa o oposto dos seres que habitam o ambiente doméstico, sua presença contradiz o caráter “sagrado” do espaço humano. Existe, em torno dele, uma expectativa de conduta harmonizada com a sua condição de selvageria. Na medida em que desvia seu comportamento do padrão esperado, passa a representar uma ameaça ao homem. Não necessariamente uma ameaça de natureza prática, como no caso dos animais daninhos, mas de um perigo que se expressa no nível simbólico, pois, ao aproximar domínios opostos, dá origem a uma situação ambígua, incompatível com o esquema através do qual o pantaneiro ordena o mundo. Essa ambiguidade não necessariamente resulta na morte dos animais. Seres agourentos, que em muitas partes do Brasil são eliminados para

evitar a má sorte que apregoam (CASCUDO, 1988), no Pantanal geralmente são preservados exatamente para não intensificar seus malefícios. Assim, os campeiros recomendam que esses animais sejam expulsos do ambiente doméstico, porém, com o cuidado de preservar-lhes a vida, sob pena de sofrer prejuízos ainda maiores que aqueles por eles anunciados.

Como foi dito acima, as categorias “selvagem” e “manso” não são antagônicas. O gado, por exemplo, encontra representantes nas duas classes e não necessariamente eles são vistos como seres portadores de qualidades especiais, que extrapolam a sua condição natural. Sendo assim, resta saber que motivo leva o vaqueiro a conferir um valor simbólico a determinadas representações animais e relevá-lo em relação a outras, mesmo que compartilhando de condições semelhantes. A resposta a essa questão deve considerar tanto os fatores estruturais presentes no pensamento classificatório do pantaneiro, quanto em fatores contingentes que se conjugam para dar um sentido ao mundo.

REFERÊNCIA IDEAL E PADRÕES MORAIS

Antes de mais nada, é preciso reconhecer que se as taxonomias definem os animais de acordo com suas características empíricas e as classificações secundárias lhes conferem qualidades, é com base em uma terceira instância que o pantaneiro equaciona os termos das classificações anteriores e atribui um significado extraordinário a indivíduos ou espécies particulares. Esse mecanismo do pensamento classificatório, evidenciado por Dan Sperber e por ele definido como “norma ideal”, consiste na capacidade dos homens conceberem a natureza, o mundo real, a partir de uma referência ideal, que serve de base comparativa nas suas representações do mundo empírico. A norma ideal permite que os indivíduos, as espécies e demais classes de animais sejam avaliados, em seus contrastes mais marcantes, a partir de um parâmetro de “pureza” e “excepcionalidade” formulado com base no pensamento. No instante em que são aplicadas à experiência, essas representações permitem distinguir dos animais medianos os representantes exemplares, perfeitos, conforme seja o seu grau de adequação ao padrão idealizado. Tornam-se fonte de simbolismo as espécies ou indivíduos que melhor realizam ou que porventura transgridam o padrão instituído pela norma ideal.

É possível verificar esse fenômeno no contexto pantaneiro observando o modo como são concebidos ali os animais selvagens. Na definição dessa categoria estão pressupostas características como proximidade da natureza, força, perigo, imprevisibilidade, ferocidade, entre outras. No Pantanal, a onça é a criatura que melhor realiza essa representação “pura”, “extrema”, de selvageria. Existem inúmeros relatos que tratam da sua força descomunal, de seus feitos extraordinários e assustadores, do poder e do perigo inerentes à sua animalidade. Os indivíduos que conseguem capturá-la são distinguidos entre seus pares por sua coragem e ousadia. A onça repre-

senta, portanto, a essência do selvagem e, como tal, desperta o respeito e temor do pantaneiro, ao mesmo tempo em que o desafia a dominá-la, através da caça, e a incorporar simbolicamente suas qualidades.

Na medida em que os animais se afastam da concepção ideal do selvagem, diminui o caráter extraordinário das representações criadas em torno deles; porém, enquanto permanecem com ela identificados sempre causam algum tipo de desconforto ao aproximarem-se do mundo humano, como ocorreu no caso da visita do bugio ao peão desafortunado.

Ao lado dessas representações ideais existem regras e crenças legadas pela tradição religiosa que definem padrões morais de comportamentos diante do mundo natural. A caça, por exemplo, não se exerce de forma desordenada e livre. Existem restrições quanto ao número de animais abatidos, que não deve extrapolar as reais necessidades do caçador, sob pena deste sofrer sanções sobrenaturais. Da mesma forma, a caça não deve ocorrer nos domingos e em determinados dias santificados. Como dizem os peões, “num presta” caçar na semana santa ou dia de finados, pois são datas que, como os domingos, devem ser “guardadas”. Acaso a pessoa insista em fazê-lo, corre o risco de “encontrá bicho do outro mundo”. Se há necessidade de aquisição de carne e gordura, o peão pode até vir a caçar no domingo, porém, fazê-lo sistematicamente é uma forma de desrespeito com as coisas sagradas. Essa regra não necessariamente é seguida por todos os peões e seus pares, porém, aqueles que as rompem sistematicamente são vistos com reservas pelos demais membros da comunidade nas fazendas, sendo seus infortúnios cotidianos logo atribuídos a suas ações faltosas.

A partir dos aspectos aqui levantados, é possível verificar que, na concepção pantaneira dos seres agourentos e pressagiadores, as espécies que adquirem essas qualidades são as que rompem a fronteira entre os domínios da natureza e os da cultura, quando seres selvagens invadem o espaço doméstico, humano. Porém, entre esses animais apenas adquirem tal caráter aqueles que estão inseridos em determinadas circunstâncias específicas ou que, por suas qualidades próprias, fogem ao padrão aceito à sua espécie ou gênero, como as aves noturnas, cuja capacidade de voar na escuridão as distingue do padrão comum das aves, ou o bugio, animal tipicamente selvagem que contradiz o comportamento esperado dos seres de sua espécie ao deixar o seu espaço natural para invadir o espaço humano. Antes de tudo, porém, os animais tornam-se fonte de simbolismo na medida em que estão previamente ordenados e representados segundo distintas estruturas classificatórias, baseadas em características empíricas, valorativas e formulações ideais, às quais ou se adaptam tão perfeitamente que se tornam seres “exemplares”, e, como tal, carregados de sentido simbólico, ou rompem as suas classes, configurando-se como seres ambíguos.

MUDANÇAS NA PERCEPÇÃO DA NATUREZA

O equilíbrio homem e natureza, conforme foi dito anteriormente, persistiu até os dias de hoje na região do Pantanal em grande parte devido ao modo como o homem que de fato vive na região, o vaqueiro e seus pares, concebe e se relaciona com o ambiente. Os parâmetros que definem sua relação com o meio natural, no entanto, vêm sendo questionados por novas concepções de mundo, secularizadas e avessas ao contexto da planície, resultantes do contato cada vez mais intenso dos trabalhadores das fazendas com o meio urbano. As facilidades de transporte; o fluxo constante de campeiros, que são obrigados a deixar as fazendas para transformar-se em trabalhadores temporários; a presença constante do rádio e a chegada lenta da TV; têm introduzido novas perspectivas de mundo no universo rural pantaneiro que acabam por desautorizar e enfraquecer os valores e comportamentos tradicionais do campeiro, gerando um desequilíbrio nas relações com o mundo natural. Os homens tendem a estabelecer um contato impessoal com a natureza, cada vez mais banalizada, dessacralizada, e os mecanismos reguladores de suas ações, como as instâncias sobrenaturais e as regras morais, perdem sua força de persuasão. A caça, por exemplo, ainda que atenda às necessidades alimentares cotidianas, tende a se transformar em esporte, em atividade meramente lúdica, tornando-se prática comum nos feriados santificados e finais de semana. As matas perdem seu caráter misterioso e os seres que as povoam deixam de representar ameaça às atitudes agressivas e aos excessos cometidos contra o ambiente.

O contato do vaqueiro da Nhecolândia com a cidade, ainda que tenha havido sempre, torna-se cada vez mais intenso e prolongado. A este processo, que resulta numa interferência crescente nos valores e comportamentos tradicionais, é necessário pois contrapor um sistema de valorização da cultura local e um mecanismo de “re-significação” da natureza, o que pode ser realizado através da educação ambiental. No momento em que há um desequilíbrio na relação homem e natureza, na medida em que as crenças em seres sobrenaturais, as regras religiosas perdem sua eficácia, outros parâmetros positivos referentes ao mundo natural devem ser acionados para substituí-los, para que, ao menos do ponto de vista do trabalhador das fazendas de gado, o contato com o meio ambiente mantenha-se regulado, perpetuando o equilíbrio do ecossistema pantaneiro.

CONCLUSÃO

A relação do vaqueiro com os seres naturais não se estabelece de forma aleatória ou é movida por interesses meramente práticos. Nas fazendas de gado do Pantanal os animais impõem o ritmo da vida. Eles estão presentes no cotidiano do vaquei-

ro. Ora são vistos como estando próximos do universo humano, da cultura, ora como distantes, junto ao domínio da natureza e, como tal, são amados, temidos ou odiados. Através deles os peões expressam suas qualidades pessoais, transitam pela hierarquia de valores do mundo pastoril, conquistando o respeito da comunidade ou sua reprovação. Os animais são intermediários no diálogo dos homens com a natureza e consigo próprios.

Esse diálogo, por sua vez, constitui-se com base em padrões específicos de percepção e ordenamento do mundo, resultado da longa convivência desses trabalhadores com o ecossistema pantaneiro. É através das classificações da fauna, e das representações simbólicas daí decorrentes, que os animais são concebidos e as atitudes dos vaqueiros em relação a eles são socialmente definidas e reguladas. Essas classificações possuem diferentes níveis que constituem-se a partir de critérios diversos, abrangendo desde as características inerentes às espécies, como morfologia, hábitos alimentares, até, padrões de ordem prática, moral e religiosa, quando as necessidades e valores humanos tornam-se a base para conceber o mundo animal. Além desses mecanismos classificatórios, os animais são percebidos de acordo com um parâmetro de excepcionalidade, segundo o qual determinados indivíduos que se destacam da média de sua espécie são representados como seres exemplares, dotados geralmente de poderes extraordinários e sobrenaturais. Dessa forma, se determinados animais inspiram cautela, como os seres agourentos, que fogem aos padrões tidos como normais de sua espécie, outros despertam a agressividade dos campeiros, como ocorre com a onça. Esse animal, ao mesmo tempo em que é temido por seus atributos excepcionais, como força e valentia, desperta nos homens o desejo de dominá-lo, pois permite elevar, com um gesto de coragem e destreza, o conceito pessoal junto à comunidade. Isto tudo, é claro, aliado ao caráter prático da ação, pois ao se eliminar uma onça, reduz-se o número de animais daninhos à criação.

Na perspectiva dos campeiros, homens e seres naturais integram um mesmo mundo indissociado e, como tal, estão sujeitos às mesmas forças que o governam. Sabem, portanto, que devem respeitar essas forças, de caráter natural, social ou sobrenatural, bem como os seres com os quais se inter-relacionam, para manter o equilíbrio da vida.

Com as mudanças que vêm se processando no contexto das fazendas da Nhecolândia, seja em decorrência da chegada de novos proprietários com hábitos estranhos à região, seja em função das divisões de terras que têm exigido formas mais intensas de exploração econômica, com maior interferência no meio ambiente, tal perspectiva dos vaqueiros tem sofrido uma série de modificações, colocando em risco a relação tradicional dos campeiros com o ecossistema do Pantanal. O peão tem sido cada vez mais afastado das propriedades, pressionado pelas novas formas de contrato de trabalho. O contato mais intenso com o contexto urbano modifica aos poucos o seu modo de representar a natureza, dando lugar a outras formas de apreensão do mundo natural, secularizadas e impessoais, que, por seu turno, tendem a esvaziar de sentido as normas que regulam suas ações sobre o meio ambiente. Sem um processo de

revalorização da natureza que sirva de base para orientar as atitudes dos peões e seus pares com o mundo natural, o equilíbrio estabelecido pelo convívio secular do campeiro com o Pantanal tende a se romper, com prejuízos cada vez maiores para o ambiente e para o modo de vida do vaqueiro.

NOTAS

- 1 Este trabalho é uma versão adaptada de um capítulo de minha dissertação intitulada “Sociedade e Natureza no Pensamento Pantaneiro”, defendida em 1996 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, sob orientação do Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz. A investigação empírica realizou-se entre os anos de 1992 e 1995 e abrangeu doze fazendas do distrito da Nhecolândia (Corumbá-MS). O trabalho, nesta versão, foi apresentado no II Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-Econômicos do Pantanal: manejo e conservação, realizado na cidade de Corumbá, em novembro de 1996.
- 2 A pecuária foi a atividade econômica que permitiu ao colonizador fixar-se de fato em território pantaneiro. Antes de sua chegada, porém, é bom lembrar, viviam há muito tempo na região diversos povos indígenas que, totalmente dizimados ou expulsos, legaram aos brancos um patrimônio natural rico e equilibrado.
- 3 Isto não significa, entretanto, que tenha sido pequeno o investimento humano. Em relatos de cronistas (BARROS, 1987 e BARROS NETO, 1979) e trabalhos de historiadores (CORRÊA F.º, 1946 e 1955; PROENÇA, 1992) ficam evidenciadas a determinação e o esforço despendidos pelas famílias dos primeiros criadores e de seus empregados na expansão do empreendimento pastoril em território pantaneiro.
- 4 V. a esse respeito BANDUCCI Jr., 1996 e, sobre a transubstanciação de qualidades humanas e animais no contexto pastoril, LEAL, 1989.
- 5 Em alguns poucos depoimentos o termo “animal” foi utilizado com o mesmo valor classificatório que “bicho”.
- 6 “Soçorana” (variante de suçarana) é uma onça de menor porte que a pintada e de coloração escura, quase preta. Não há referência a ela na bibliografia pesquisada. Alguns informantes, por outro lado, a definem como sendo uma variedade da onça parda.
- 7 As lagartas, por exemplo, denominadas “saçorana” pelo pantaneiro (variante de taturana), são divididas em: saçorana do cajueiro, saçorana vermelha, saçorana verde, cabeça de veado, além de outras.
- 8 O gado bagual, ainda que pertença à categoria de “criação”, é uma espécie selvagem, cuja captura envolve os riscos e aventuras próprias de uma caçada.

BIBLIOGRAFIA

- BANDUCCI JR., Álvaro. 1996. *Sociedade e natureza no pensamento pantaneiro: representação de mundo e o sobrenatural entre os peões das fazendas de gado na "Nhecolândia" (Corumbá/MS)*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. São Paulo: USP.
- BARROS, José de. 1987. *Lembranças; para os meus filhos e descendentes*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal.
- BARROS NETTO, José de. 1979. *A criação empírica de bovinos no pantanal da Nhecolândia*. São Paulo: Resenha Tributária.
- CASCUDO, Luís da Câmara. 1988. *Dicionário do folclore brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Univ. de São Paulo.
- CORRÊA F.º, Virgílio. 1955. *Fazendas de gado no pantanal mato-grossense*. Rio de Janeiro: M. A./ Serviço de Informação Agrícola.
- CORRÊA F.º, Virgílio. 1946. *Pantanais matogrossenses (devassamento e ocupação)*. Rio de Janeiro, IBGE.
- DALLA BERNARDINA, Sérgio. 1991. "Une personne pas tout à fait comme les autres; l'animal et son statut". In: *L'Homme*. Paris, 120, XXXI (4), p. 33-50, out.-dez.
- DOUGLAS, Mary. 1976. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva.
- HOEFLE, Scott W. 1990. "O sertanejo e os bichos - cognição ambiental na zona semi-árida nordestina". In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 33, p.47-74.
- HOEFLE, Scott W. 1993. *Percepção do ambiente e domesticação do espaço no sertão nordestino*. (texto mimeografado).
- LEAL, Ondina Fachel. 1989. *The Gauchos: male culture and identity in the pampas*. Tese de Doutorado em Antropologia. Berkeley: University of California.
- REICHEL-DOLMATOFF, G. 1976. "Cosmology as ecological analysis: a view from the rain forest". In: *Man*, n.s., 11(3).
- PROENÇA, Augusto C. 1992. *Pantanal, gente, tradição e história*. Campo Grande: Edição do Autor.
- SILVA, Carolina Joana da & Silva, Joana A. F. 1995. *No ritmo das águas do pantanal*. São Paulo: NUPAUB/USP.
- SPERBER, Dan. 1975. "Pourquoi les animaux parfaits, les hybrides et les monstres sont-ils bons a penser symboliquement?". In: *L'Homme*. Paris, XV (2), p. 5-34, abr.-jun.

Abstract: The permanent contact with the natural world turns the "Nhecolândia" farms' cattlemen into great experts on their living environment. Besides the practical knowledge, the workers build on symbolic representations about nature that determine a proper way of conceiving and getting around with the surrounding space. This article is an effort to demonstrate how some of these representations, specifically about the animals, are built up, and what determines the cattlemen's attitudes to the fauna on the daily of the "Pantanal da Nhecolândia" (Corumbá-MS).

Uniterms: The Pantanal; relation between man and nature; cattlemen; popular taxonomy; animal symbolism.

Aceito para publicação em 18 de agosto de 1999.